

Ata nº 02/2000 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

1
2 Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil, reuniu-se ordinariamente às 19 horas, no
3 auditório da SMS/2º andar, a plenária para deliberar sobre a seguinte pauta: **a) Leitura e**
4 **aprovação da ata nº 01/2000 b) Medicamentos c) III Conferência Municipal de Saúde**
5 **d) Assuntos gerais.** Estiveram presentes os seguintes **Conselheiros:** Ione Terezinha
6 Nichele, Ricardo Rühling, Maria Alice Pilla Calvete (falta justificada), Raquel Rodrigues,
7 Valdívia Gonçalves Lucas, Lâmia Abouzahr, Paulo Renato Viaro, Maria Josefina Crespo
8 Costa, Neusa Heizelmann, Deoclides de Almeida, Juracy Castro Corrêa, Maria Isabel
9 Oliveira, Maria Virgínia Lemos, Renato Luiz Amaral, Márcia Hentschke, Célia Ruthes,
10 Jorge Abib Cury, Irineu Grinberg, Jairo Tessari, Rosângela Matos, Roger dos Santos
11 Rosa e Luciane Darolt da Silva Massing, Luígia D. Rosa (falta justificada). **Não**
12 **Conselheiros:** SMS: Marcelo Bósio/CVS, Nei Carvalho/CLS1, Janete M. da Silva/CLS4,
13 Ana Godoy e Kátia Comerlato/Wenceslau Fontoura, Denise Girardi/U.S. Vila Ipiranga,
14 representante da U.S. Passo das Pedras, Jaime Lasentz/ PSF Safira, Secretaria
15 Executiva/CMS: Jane Pilar e Silvia Martins, Elder Macedo/ fornecedor ABBOTT, Eugênio
16 Carlos S. Castro/ fornecedor B&V Distribuidora de Medicamentos LTDA. A reunião iniciou
17 com a apresentação da plenária. **a) Leitura e aprovação da ata nº 01/2000.**
18 Conselheiro Irineu fez a leitura da mesma que foi aprovada com doze votos a favor e sete
19 abstenções. **b) Medicamentos:** Coordenadora em exercício Ione informa que esta
20 discussão foi pautada, devido a falta de medicamentos nos serviços de Saúde,
21 destacando que em 29/12, por solicitação da SMS, foi aprovado neste Conselho a
22 utilização da verba da Municipalização Solidária para aquisição de medicamentos. No
23 mês de janeiro esta situação foi discutida no Núcleo de Coordenação, com a presença da
24 chefia do almoxarifado, que esclareceu que um dos problemas é a demora da entrega
25 dos pedidos pelos representantes dos laboratórios. Informa ainda que foi enviado um
26 pedido de informação aos mesmos, os quais alegaram atraso na entrega de matéria
27 prima, problemas de fluxo com a Secretaria e outros responderam que estão em dia com
28 a entrega. A seguir, Flávio Nunes Grecco, Coordenador da Política de Assistência
29 Farmacêutica da ASSEPLA/SMS, na coordenação desde dezembro de 1999, fala das
30 dificuldades enfrentadas pela Política na compra de medicamentos como a falta de
31 recursos humanos capacitados nos serviços para coordenar a farmácia, fazer os pedidos
32 e dispensação, atraso de alguns fornecedores na entrega e cálculo de medicamentos
33 para o 1º trimestre deste ano baseado no do trimestre anterior, causando um déficit.
34 Informa que atualmente os pedidos estão sob sua responsabilidade e que foi realizado um
35 pedido de compra para cinco meses com aprovação do Gabinete de Planejamento-
36 GAPLAN, cujo empenho deverá ser realizado até dia 17/02. Os medicamentos deverão
37 estar sendo entregues a partir da primeira quinzena de março e se não ocorrer atrasos na
38 entrega, esta remessa suprirá a demanda. Destaca que a proposta da Política é
39 descentralizar a assistência farmacêutica, criando 12 farmácias regionais, lotando
40 farmacêuticos e assistentes administrativos nas Gerências Distritais, informatizando a
41 rede e criando Conselhos Gestores. A seguir a plenária se manifesta: Sra. Ana Godoy
42 cobra a falta de preservativos nos Serviços de Saúde prejudicando o desenvolvimento
43 dos programas; Conselheiro Deoclides pergunta se há previsão dos medicamentos que
44 poderão faltar e se não há possibilidade de comprar direto dos laboratórios, pois segundo
45 a Secretária de Saúde do Estado, para os órgãos públicos os medicamentos são
46 vendidos com uma diferença de 170 a 300% mais caro que para a rede particular. Propõe
47 uma reavaliação da distribuição de medicamentos para quem possui convênios.
48 Conselheira Lâmia pergunta sobre o fornecimento de medicamentos para o Pronto
49 Atendimento Restinga/ULBRA. Conselheira Luciana reforça a falta de preservativos e
50 anticoncepcionais e pergunta se quando falta, há outra maneira de repor sem ter que
51 deslocar um funcionário até o almoxarifado para buscá-los. Conselheiro Jairo pergunta
52 sobre a distribuição de medicamentos especiais; Conselheiro Ricardo solicita

53 esclarecimento sobre o método de cálculo utilizado para a compra; Enfermeira Denise
54 destaca a importância dessa discussão, com a presença da Coordenação da Política e
55 representantes dos fornecedores, pois a falta de medicamentos nas Unidades significa
56 que o usuário não terá continuidade e resolutividade do seu problema. Salaria que a
57 rede municipal também fornece medicamentos para usuários de outros serviços e que a
58 secretaria deve prever penalidade para os fornecedores que não fazem entrega solicitada
59 ou com irregularidades, por exemplo, caixas vazias. Conselheira Neusa ressalta a
60 importância do preenchimento correto da receita médica, na qual deve constar o nome do
61 serviço, nome e endereço legível do usuário, nome genérico do medicamento, posologia,
62 nome do médico, número do CRM e data de atendimento. O preenchimento incorreto
63 destes dados causa constrangimento aos usuários, que não recebem o medicamento
64 quando estes dados estão confusos na receita. Solicita que haja um controle efetivo das
65 mesmas. Farmacêutico Flávio responde inicialmente que os serviços disponibilizam vários
66 métodos anticoncepcionais e que aos pedidos de compra serão realizados nos meses de
67 janeiro, abril, agosto e novembro de 2000 podendo haver uma previsão se faltará ou não.
68 Desconhece a possibilidade de importação, mas poderá ser avaliado em outro momento.
69 Esclarece que na rede básica são distribuídos os medicamentos básicos e os controlados
70 nos serviços especializados. A proposta é cadastrar o usuário, que passará a retirar o
71 medicamento em um serviço da rede e as farmácias regionais suprirão a carência da
72 região. Quanto aos cálculos eram realizados baseados na média de consumo e quando
73 não havia no estoque era considerado necessidade zero, mas que o mesmo será
74 reavaliado em cada aquisição e sofrerá alterações se necessário. Diz que a demanda
75 reprimida está sendo considerada nesta compra, que há a necessidade de organizar a
76 assistência farmacêutica no Estado mas que no 1º semestre os usuários da Região
77 Metropolitana continuarão a retirar os medicamentos em Porto Alegre. Quanto aos
78 medicamentos controlados, a partir de janeiro houve mudanças havendo repasse ao HPS
79 e incrementado o suprimento do Centro de Saúde IAPI, Vila dos Comerciantes e Bom
80 Jesus. Os serviços serão supridos e o restante ficará em estoque para repor se houver
81 falta. Informa que uma comissão está avaliando o edital de licitação e a habilitação dos
82 fornecedores, prevendo uma multa caso a entrega não seja realizada em dia, pois em
83 junho termina o registro de Preços em vigor. Sobre o medicamento para serviços de
84 Pronto Atendimento é adquirido pelo HPS. Os medicamentos especiais continuam sendo
85 fornecidos pelo Estado através de abertura de processo. Quanto as receitas será
86 elaborado novo modelo, que serão numeradas e com identificação da Unidade. A seguir
87 os representantes dos fornecedores se manifestam, Sr. Eugênio, da B&V diz o que pedido
88 de compra é via registro de preço e que se a distribuidora não consegue fazer a entrega
89 de medicamentos na totalidade, bloqueia os outros a disposição, as vezes mais
90 importante. Solicita que esta situação seja reavaliada. Representante da ABBOTT, Sr.
91 Cleber, ressalta que os representantes já são penalizados se não fazem a entrega em
92 tempo hábil e salienta que o pedido de Eritromicina foi superior e por isso não foi possível
93 entregar em tempo hábil. Foi concedido parcelamento do empenho e será entregue 150
94 mil. Farmacêutico Flávio diz que a sistemática da Secretaria é aceitar a entrega parcial, e
95 atrasos só em casos excepcionais serão justificado. Sr. Giovani, chefe do almoxarifado,
96 diz que a preocupação da Secretaria é que não falte medicamentos e que a previsão de
97 gasto para o trimestre é de R\$ 1.700.000,00, para medicamentos controlados e R\$ 3
98 milhões para básicos. Conselheira Rosângela sugere que seja apresentado à plenária o
99 cálculo utilizado pela Política para a compra de medicamentos e que o mesmo seja
100 avaliado sistematicamente pela plenária. **c) III Conferência Municipal de Saúde:** Jane
101 informa que a Comissão Organizadora propõe incluir no regulamento alguns aspectos
102 relacionados a eleição dos delegados, objetivando esclarecer o artigo 11: “para concorrer
103 o candidato deverá apresentar, por escrito, no ato do credenciamento, indicação da sua
104 entidade;” e caracterizar os segmentos incluindo um pequeno explicativo. Quem é quem:

105 prestadores de serviço, profissionais de saúde, usuários e governo. Esclarece à
106 Conselheira Rosângela como deverão ser indicados os delegados nas 4 categorias. A
107 proposta é colocada em votação e aprovada por unanimidade. Finaliza informando que o
108 roteiro para as pré-conferência está sendo discutido na Comissão Organizadora, os eixos
109 temáticos estão sendo definidos: a relação do CMS com o Orçamento Participativo na
110 construção da democracia direta, conjuntura atual do CMS e as diretrizes para o III Plano
111 Municipal de Saúde. Informa que entre 27 a 29 de março haverá o evento de lançamento
112 da III Conferência. **d)Assuntos gerais:** Conselheiro Roger informa que o Presidente do
113 Hospital de Clínicas de Porto Alegre reuniu-se com a bancada federal gaúcha, com o
114 objetivo de obter recursos para a construção de um Posto de Atenção Primária com 20
115 consultório médicos, 25 consultas dia/cada, totalizando cerca de 130 mil consulta ano.
116 Ressalta que a este território estão adscritas de 30 a 40 mil pessoas, o número reduzido
117 de Unidade de Saúde Básica neste Distrito (Centro) e conseqüentemente um grande
118 número de usuários sem referência. Em 1996, foi discutido uma parceria com a SMS, o
119 qual se responsabilizaria pela construção, mas não teve avanços. Conselheira Rosângela
120 informa que fizeram um encontro dos trabalhadores psicólogos e definiram que irão
121 participar dos processos organizadores da Conferência. A reunião terminou às 21hs e 30
122 min.

123

124

125

Humberto José Scorza
Coordenador do CMS/POA

126

127

Silvia Martins/Jane Pilar
Secretaria Executiva do CMS/POA

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 02/03/2000